

--- N.º 2/2019 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE E DOIS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZANOVE.-----

--- Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, ordinariamente, no seu salão, a Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte: -----

-----ORDEM DE TRABALHOS -----

---PRIMEIRO PONTO- Informações do senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade da mesma. (Grelha D)-----

---SEGUNDO PONTO- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da Avaliação das Cedências para o domínio do Município, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E)-----

---TERCEIRO PONTO- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal do relatório final de análise de propostas e da minuta do contrato e adjudicação referente ao concurso limitado por prévia qualificação da empreitada- Reabilitação do Teatro Narciso Ferreira na Freguesia de Riba de Ave, do Concelho de Vila Nova de Famalicão, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E)----

---QUARTO PONTO- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal do Projeto de Regulamento dos Projetos de Investimento de Interesse Municipal, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) -----

---QUINTO PONTO- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Desafetação de uma parcela de terreno com a área de 774,00m² sita na Rua de Montoito, da Freguesia de Lousado, do domínio público para o domínio privado do Município, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) -----

---SEXTO PONTO- Discussão e votação do Relatório, proposta de Revisão do Regimento e Proposta Anexa apresentadas pela Comissão Eventual de Revisão do Regimento, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha D)-----

---SÉTIMO PONTO- Designação de 2 representantes da Assembleia Municipal para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. (Grelha E)-----

---OITAVO PONTO- Apreciação e discussão dos relatórios de atividades individuais ou coletivos, dos diversos representantes eleitos pela Assembleia Municipal junto das diversas entidades de natureza deliberativa, consultiva ou de acompanhamento:-----

– Assembleia Distrital, Conselho Geral do Hospital, Associação Nacional de Municípios, Comunidade Intermunicipal do Ave – CIMAVE, Comissão de Acompanhamento do Centro de Valorização de Resíduos Industriais Banais, Comissão de Defesa da Floresta contra Incêndios do Município de V. N. de Famalicão, Conselho Cinegético Municipal, Conselho Municipal de Cultura, Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Juventude, Conselho Municipal de

Segurança, Conselho Municipal de Consumo, Conselho Municipal de Urbanismo, Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano de Diretor Municipal, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Conselho da Comunidade do ACES (Agrupamento de Centros de Saúde) de Famalicão, Comissão Municipal de Pedidos de Instalação e Modificação de Estabelecimentos de Comércio a Retalho e Comércio por Grosso em Regime Livre de Serviço e Instalação de Conjuntos Comerciais. (Grelha D) -----

--- A Mesa, presidida por João Nuno Lacerda Teixeira de Melo e secretariada por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e Heitor Rui Santos Bernardo, verificou a existência de "quorum" e assinalou as seguintes presenças e faltas:-----

---ADELINO SANTOS OLIVEIRA -----
---ADELINO SILVA COSTA-----
---AGOSTINHO SILVA VEIGA -----
---ÁLVARO JOAQUIM COSTA OLIVEIRA -----
---ANA FILIPA FERNANDES OLIVEIRA -----
---ANDRÉ LUÍS LOPES OLIVEIRA-----
---ANDREIA FERREIRA TAVARES-----
---ANTÓNIO AFONSO ARAÚJO REBELO -----
---ANTÓNIO ALBERTO SIMÕES COSTA -----
---ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO DE PINHO-----
---ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES -----
---ANTÓNIO JACINTO COELHO COSTA -----
---ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL-----
---ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA-----
---ANTÓNIO MANUEL CARVALHO GOMES-----
---ARMINDO FERNANDES GOMES-----
---ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO-----
---AVELINO FREITAS SILVA---**FALTOU-JUSTIFICOU** -----
---BERNARDINO GOMES MARTINS-----
---CÂNDIDA JESUS DA SILVA VELOSO -----
---CARLA SOFIA SANTANA A. RIBEIRO FARIA -----
---CARLOS ALBERTO DA COSTA FERNANDES -----
---CARLOS ALBERTO COSTA GOMES-----
---CARLOS ALBERTO COSTA PEREIRA-----
---CATARINA ISABEL ROCHA MACHADO-----

---CECÍLIA MARIA CARVALHO MARTINS-----
---DANIEL RIBEIRO PADRÃO SAMPAIO-----
---DELFINO FERNANDO MACHADO ABREU -----
---DOMINGOS PEREIRA PEIXOTO-----
---DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA-----
---EDGAR LUÍS LOPES MARINHO PINTO-----
---FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA-----
---FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES-----
---FRANCISCO RODRIGUES SÁ-----
---GERMANO ANTONIO DA SILVA ARAÚJO-----
---HEITOR RUI SANTOS BERNARDO-----
---HÉLDER JOAQUIM FERNANDES PEREIRA-----
---HUGO ALEXANDRE MIRANDA SAMPAIO-----
---JOANA ISABEL GONÇALVES SANTOS SILVA-----
---JOÃO CARLOS PEREIRA ALVES FERREIRA-----
---JOÃO NUNO LACERDA TEIXEIRA DE MELO-----
---JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA-----
---JOSÉ CARLOS SILVA LIMA-----
---JOSÉ JOAQUIM SOUSA GONÇALVES PEREIRA-----
---JOSÉ NUNO MARQUES MOREIRA-----
---LICÍNIO ANTÓNIO PEREIRA PINTO-----
---LÚCIA ALEXANDRA ABREU DA SILVA-----
---LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA-----
---LUÍS FERNANDO ANDRADE MONIZ-----
---MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA-----
---MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA-----
---MANUEL NOVAIS OLIVEIRA-----
---MANUEL SILVA ALVES-----
---MÁRCIA FILIPA RORIZ NUNES-----
---MARIA ADELINA ORTIGA DE CASTRO-----
---MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA-----
---MARIA FÁTIMA FERNANDES COSTA-----
---MÁRIO AUGUSTO SOUSA MONTEIRO SILVA-----
---PAULA CRISTINA AZEVEDO SANTOS-----

---PAULA ROSA GOMES PEIXOTO DOURADO -----

---PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO-----

---PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA -----

---PAULO MANUEL MARQUES DA COSTA -----

---PEDRO TIAGO SILVA OLIVEIRA-----

---RICARDO JOSÉ MESQUITA CARVALHO COSTA -----

---RITA SANGREMAN PROENÇA PIRES DE LIMA -----

---RUI PEDRO PACHECO ALVES-----

---SUSANA MARIA COSTA PEREIRA -----

---TOMÁS MANUEL CUNHA SOUSA-----

--- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de: -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

--- Deu início à sessão, dando conhecimento que, as adjudicações relativas à assunção de encargos plurianuais da Câmara Municipal podem ser consultadas no Edital afixado -----

--- Colocou à discussão e votação as atas da Assembleia Municipal de vinte e nove de novembro de 2018, sete de dezembro de 2018 e vinte e nove de janeiro de 2019. -----

--- Não havendo inscrições para discussão, passou-se de imediato à sua votação: -----

--- *Postas à votação as atas das sessões da Assembleia Municipal de vinte e nove de novembro de 2018, sete de dezembro de 2018 e vinte e nove de janeiro de 2019, foram as mesmas aprovadas, por unanimidade.* -----

---Informou que deram entrada na Mesa, uma moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, uma proposta de recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, um voto de recomendação e um voto de pesar apresentados pelo Grupo Municipal do PS -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** - Fez a leitura da moção que é do seguinte teor: -----

---“Moção sobre o Dia Internacional da Mulher.-----

---O Dia Internacional da Mulher está historicamente ligado à luta das mulheres trabalhadoras pela sua emancipação política, económica e social. Desde a aprovação durante a 2.ª Conferência Internacional de Mulheres (Copenhaga’1910) de um Dia Internacional da Mulher, são inúmeros os exemplos em que este dia se eleva como manifestação e luta pelas mais justas aspirações das mulheres de todo o mundo, um dia de ação das mulheres pelos

seus direitos próprios, contra todas as formas de discriminação. A instituição desta data não pretende ser apenas uma comemoração. Na maioria dos países realizam-se conferências, debates e reuniões cujo objetivo é discutir o papel da mulher na sociedade atual. É urgente eliminar o preconceito que determina a desvalorização da mulher nas sociedades. Mesmo com todos os avanços civilizacionais, elas ainda sofrem a violência masculina em muitos lares e locais de trabalho, o assédio sexual e moral, a dupla jornada de trabalho, a carga excessiva de trabalho, baixas remunerações e desvantagens na carreira profissional. Muito foi conquistado, mas muito ainda há para ser modificado. Os objetivos que estiveram na origem da instituição do Dia Internacional da Mulher mantêm-se atuais, mas, apesar de avanços importantes, alguns retrocessos continuam a fazer-se sentir. A sociedade em que vivemos continua a ser marcada pelas desigualdades, pela grande desproporção entre os poucos detentores da riqueza e os muitos milhões de homens, mulheres e crianças que não têm o considerado essencial. O 8 de Março assume-se pelo facto de transportar para o tempo presente um património histórico de luta das mulheres pela sua emancipação, com reivindicações específicas, que constituem um fator de enriquecimento de uma luta comum a homens e mulheres, pela transformação social. O Poder Local tem tido um papel importante na promoção dos direitos das mulheres, da valorização da sua participação como parte integrante da história das regiões, nos avanços da qualidade de vida das populações. É um caminho de avanços que importa continuar e consolidar. -----

No sentido de apoiar este justo e comum objetivo, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, reunida em 22 de fevereiro de 2019, apela, particularmente às mulheres deste Concelho para que, com a sua determinação, coragem e confiança no futuro, comemorem o Dia Internacional da Mulher, honrando todas e todos os que lutam por uma sociedade justa, livre de desigualdades e de discriminações, motivo pelo qual deverá esta moção ser enviada à comunicação social.”-----

---**PAULO COSTA (BE)** - Fez a leitura da proposta de recomendação que é do seguinte teor:-----

---“Proposta de Recomendação sobre a redução do preço dos transportes públicos a partir de abril. -----

--- Os dados conhecidos indicam que no nosso país o transporte público e/ou coletivo não tem sido disponibilizado a milhares de pessoas que necessitam de se deslocar, bem como os

preços das viagens mostram-se pouco atraentes aos interessados. As deslocações entre diferentes locais têm vindo a ser efetuadas, na maioria dos casos, através da utilização individual do automóvel. -----

O congestionamento nas deslocações, a emissão de gases de efeito de estufa (GEE) e outros poluentes, o ruído, o gasto de energia e a exclusão social impõem novas políticas públicas para diminuir o uso excessivo do automóvel, promover a coesão territorial, mitigar as alterações climáticas e atrair mais passageiros para o transporte público.-----

Nesse sentido, no Orçamento do Estado para 2019 foi criado um Programa de Apoio à Redução Tarifária no conjunto do país (PART). O despacho conjunto dos ministérios das Finanças e Ambiente (Despacho n.º1234-A/2019) consigna 104 milhões de euros do Fundo Ambiental para este programa, dos quais 1,588 milhões de euros serão para a Comunidade Intermunicipal do Cávado e 1,351 milhões de euros para a Comunidade Intermunicipal do Ave. Para Lisboa e Porto vão mais de 88 milhões de euros.-----

A aplicação daquela verba será decidida pelas Autoridades de Transporte das Áreas Metropolitanas (AM) e das Comunidades Intermunicipais (CIM), sendo que, pelo menos 60% do montante atribuído, deve ser utilizado para a redução dos preços dos passes, criação de passes familiares ou transporte gratuito para menores em idade escolar, reformados e seniores. A verba restante poderá ser usada para aumentar e melhorar a oferta e os acessos à rede de transportes coletivos. -----

Nas CIMs o custo dos transportes deverá ser fixado pelas respetivas Autoridades de Transporte até 1 de Abril próximo. A importância das medidas a tomar em matéria de mobilidade, impõe a cada município ter um conhecimento aprofundado da situação, para serem encontradas as melhores respostas, tendo em conta, entre outros elementos, a densidade territorial, os destinos das deslocações e os modos de transporte mais adequados.-

Assim, considerando que: -----

-As autarquias, através da respetiva CIM, têm de remeter ao Governo (Fundo Ambiental), até ao dia 15 de março de 2019, o plano de aplicação daquelas verbas para a redução tarifária nos transportes, uma vez que é a condição para que possa entrar em vigor a partir do próximo mês de abril em cada um dos municípios; -----

As autarquias (CIM) devem empenhar todos os esforços e a maior celeridade possível na definição do plano de redução do preço dos passes para que o prazo do dia 15 de março seja cumprido; -----

-É essencial iniciar, de imediato, negociações entre as CIM do Cávado, do Ave e a Área Metropolitana do Porto (AMP) para que os utentes de transportes públicos que nas suas deslocações pendulares atravessem territórios destas CIM e a AMP sejam abrangidos na totalidade pela redução tarifária e não fiquem apenas abrangidos pela redução correspondente à CIM onde residem; -----

-Quem se desloca, por exemplo, de Barcelos, Braga, Guimarães ou Famalicão para o Porto ou de Guimarães para Braga, deve ter um passe com redução tarifária que contemple todo o percurso, apesar de atravessar territórios de CIM's diferentes; -----

-No plano de redução tarifária a apresentar pelas autarquias, deve estar contemplada a criação de um “passe família” que integre todo o agregado familiar, para que não se pague mais do que 2 passes por família e haja gratuidade para estudantes menores, idosos e desempregados; -----

-A par destas medidas de redução tarifária, o plano tem de incorporar um projeto para a melhoria dos transportes públicos e o alargamento da rede; -----

-A redução do tarifário e a extensão e aumento de qualidade da oferta deste serviço é um contributo importante para que o transporte público seja mais atrativo do que a utilização do transporte individual, contribuindo para a diminuição das emissões de CO2 e o combate às alterações climáticas; -----

-A redução do peso da despesa em transportes é muito importante para as famílias; -----

Assim, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, reunida em sessão ordinária no dia 22 de fevereiro de 2019, desejando contribuir para a promoção e implementação de novas políticas no domínio dos transportes, recomenda ao executivo camarário que: -----

– Desenvolva os procedimentos necessários para a programação de políticas de mobilidade assentes na redução das tarifas e na utilização do transporte coletivo de passageiros nos seus diversos modos, assegurando a qualidade dos transportes públicos e uma mobilidade ao serviço das populações; -----

– Desencadeie de imediato negociações com a CIM do Ave, CIM do Cávado e Área Metropolitana do Porto, com vista à redução dos passes de transportes públicos para todos os municípios a partir de abril de 2019.” -----

---**PAULO PINTO (PS)** - Fez a leitura do voto de recomendação que é do seguinte teor:----

---“ É reconhecido que a Assembleia Municipal desempenha um papel vital e fundamental na gestão e fiscalização da ação do município. -----

As competências da Assembleia Municipal são sobejamente conhecidas e vão desde a apreciação e fiscalização de propostas da Câmara, até ao acompanhamento e fiscalização da atividade mesma, dos serviços municipalizados, das empresas locais e quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local. -----

São deveres dos membros da Assembleia Municipal, entre outros, comparecer às reuniões do plenário e desempenhar os cargos e funções para que sejam eleitos ou designados. -----

No âmbito da Assembleia Municipal, a Câmara Municipal terá de forma obrigatória, de se fazer representar nas mesmas, pelo Senhor Presidente da Câmara, e no caso de justo impedimento, pelo seu substituto legal. -----

A marcação das sessões da Assembleia Municipal é da competência do Presidente da Assembleia Municipal.-----

Sendo a Assembleia Municipal um órgão imprescindível e de uma importância vital para a democracia local, e sabendo que a grande maioria dos membros da Assembleia Municipal tem as suas atividades profissionais fora do âmbito político, a marcação das sessões da Assembleia deve ser o mais cuidada possível, de modo a não limitar quer a presença, quer o contributo, de nenhum dos seus membros. -----

Face a estes factos, é pacífico, que os dias que melhor permitem o contributo dos seus membros, sem constrangimentos profissionais, são as sextas-feiras ou vésperas de feriado. Este é um entendimento geral. Aliás tem sido uma prática corrente, até á relativamente pouco tempo. Logicamente, que existem situações em que tal não é possível, mas sempre se entendeu que tais situações deviam ter um carácter excepcional. -----

No entanto, o que temos vindo a verificar é uma alteração destes pressupostos. -----

Senão vejamos, e fazendo um exercício histórico, e excluindo as sessões de tomada de posse, constatamos o seguinte:-----

- no 1º mandato do Arq. Armindo Costa, cerca de 81% das sessões da Assembleia realizaram-se num a sexta-feira ou véspera de feriado. -----

- no 2º mandato do Arq. Armindo Costa, cerca de 88% das sessões da Assembleia realizaram-se num a sexta-feira ou véspera de feriado. -----

- no 3º mandato do Arq. Armindo Costa, cerca de 73% das sessões da Assembleia realizaram-se num a sexta-feira ou véspera de feriado. -----

- no 1º mandato do Dr. Paulo Cunha, cerca de 56% das sessões da Assembleia realizaram-se numa sexta-feira ou véspera de feriado. -----

- no atual mandato, e não considerando a sessão de hoje, cerca de 55% das sessões da Assembleia realizaram-se num a sexta-feira ou véspera de feriado.-----

Realmente há uma inversão e uma matriz, na escolha dos dias para as sessões da Assembleia Municipal, e por este andar, o que era considerado uma exceção, passa a ser a regra. -----

Perante estes factos, o Grupo Municipal do PS recomenda:-----

Que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, procure agendar as sessões da Assembleia Municipal às sextas-feiras ou vésperas de feriado, visto que são os dias mais indicados para que todos os membros desta assembleia possam desempenhar as suas funções com o menor constrangimento possível.” -----

---**MÁRCIA NUNES (PS)** - Fez a leitura do voto de pesar que é do seguinte teor:-----

---“ No passado dia 08 de fevereiro, faleceu Rogério do Sameiro Lima Ramos, com apenas 72 anos - idade com a qual, ainda muito podia contribuir para a sociedade civil onde residia. Rogério Ramos, nasceu a 17 de fevereiro de 1947, na freguesia de Vila das Aves. Desde muito cedo, fez denotar a sua vontade de participação cívica e ativa na comunidade civil onde passou a residir – freguesia de Pedome. Nesta autarquia, exerceu quatro mandatos como presidente de junta (desde de 1986 a 2001); sendo que, foi sempre eleito pelo Partido Socialista. -----

No decurso daquele tempo, e na execução dos seus mandatos, Rogério Ramos demonstrou determinação, tenacidade e perseverança em prol de todos os habitantes e da sua freguesia, e, reflexamente para bem de toda a comunidade famalicense, enquanto membro da Assembleia Municipal.-----

Foi fundador da Associação de Pais e Amigos da Escola de Pedome (APAEP), constituída em 2 de dezembro de 1991; tendo esta, por objeto a promoção de atividades culturais, recreativas, desportivas e de solidariedade social. -----

Quem com ele conviveu, pôde constatar que se tratava de um homem afável, de trato simples; e, por todos respeitado. -----

Pelo exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista, propõem que a Câmara Municipal delibere: -----

1 - Aprovar o voto de pesar pelo falecimento de Rogério do Sameiro Lima Ramos. -----

2 - Sejam apresentadas as condolências à sua família. -----

Solicita-se que, o mesmo seja endereçado oficialmente à família enlutada, acompanhado do extrato da presente ata de deliberação, para domicilio familiar a indicar.” -----

---ANTÓNIO MEIRELES (PSD) – Relativamente à proposta da CDU do dia 8 de março, eu começaria por ler uma frase, aqui é dito:- “que muitos milhões de homens, mulheres e crianças que não têm o considerado essencial”. Isto para dizer, que retirar deste contexto a mulher é minorizá-la e estar a dar um ênfase especial à mulher e aos aspetos negativos da sua vida é estar a minorizá-la quanto a mim. Conforme se costuma dizer, todos os dias são dias da mulher, todos os dias são dias do homem, todos os dias são os nossos dias. Por isso, nós pelo respeito que temos pela mulher como elemento essencial da nossa sociedade, tal como é os homens e as crianças, nós iremos votar a favor desta proposta, no entanto, gostaríamos de frisar que não é pelas razões que são invocadas nesta proposta, mas sim pelo respeito que temos à mulher, às crianças e a todos os que vivem neste planeta. -----

---ÁLVARO OLIVEIRA (PSD) – Uma breve intervenção acerca do voto de recomendação do partido Socialista, referente às marcações ou agendamentos das Assembleias Municipais. Fosse este um voto de recomendação simples nós certamente acompanharíamos, até porque também como vós, nós somos trabalhadores e de facto, muito gostaríamos se possível fossem todas as Assembleias à sexta-feira. Esquecem-se Vossas Excelências de duas circunstâncias muito simples mas ao mesmo tempo muito reveladoras, é que nas Comissões Permanentes nunca vi o partido Socialista fazer qualquer indicação em contrário às marcações destas Assembleias Municipais, este é um primeiro ponto da ordem informal e há um segundo ponto de ordem formal que não é tanto formal, mas é substancial e é no

seguimento do voto do partido Socialista que querem imputar esta responsabilidade ao senhor Presidente da Câmara. Nós andamos há muito tempo nisto e sabemos que o senhor Presidente da Câmara não tem, e é um desrespeito para com o senhor Presidente da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara não tem qualquer poder, qualquer competência, qualquer incumbência em relação à marcação das Assembleias Municipais. Se possível, que sejam estas de facto, à sexta-feira que será um dia mais disponível para todos. Com estas considerações que o partido Socialista tece acerca de qualquer influência do senhor Presidente da Câmara na marcação das Assembleias, como é óbvio, estão-nos a pedir que votemos contra e é isso que nós vamos fazer. -----

---**PAULO PINTO (PS)** – Senhor Deputado, antes de vir cá dizer o que disse devia informar-se junto dos seus companheiros da Comissão Permanente. Porque, aliás este voto que apresento, eu tive o cuidado de informar a Comissão Permanente de que o iria fazer, vem no seguimento das posições que eu tenho vindo a ter nas reuniões da Comissão Permanente. Portanto, é tudo menos chegarmos aqui e apresentar isso, quando diz que nós não falámos na Comissão Permanente isso é totalmente mentira, se não sabe devia saber, antes de vir afirmar devia saber e informar-se. Porque veio cá dizer que nós fizemos uma ação, e nós não fizemos essa ação, primeiro lugar. Em segundo lugar, a questão do Presidente da Câmara, eu não vi nada no voto a essa alusão, deve ter alguns fantasmas nesse sentido. Mas podemos ir por aí e no futuro vir cá, a única questão a que nos chama é a questão do Presidente da Mesa da Assembleia que é o responsável pela marcação das Assembleias Municipais, depois eu posso concordar ou não na Comissão Permanente com alguma justificação nesse sentido, mas não é o voto que nada diz sobre isso. -----

---**ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – Senhores Deputados, relativamente a esta matéria e estando eu presente nas reuniões da Comissão Permanente de Apoio á Mesa, o que eu poderei esclarecer ao senhor Deputado do partido Socialista é que há sempre a preocupação e o objetivo de marcar as Assembleias para as sextas-feiras. No entanto, quando são marcadas ou quando há necessidade de marcar as Assembleias, obviamente que o senhor Presidente da Câmara indica à Mesa que poderá ou não poderá estar presente em determinados dias devido aos compromissos que tem na gestão do Município. A Mesa da Assembleia tem vindo a ter o cuidado de procurar datas em que o senhor Presidente da Câmara esteja presente, porque ele melhor que ninguém, poderá prestar os esclarecimentos

necessários à Assembleia no sentido de que as votações que aqui fazemos sejam o mais rigorosas possível. E por isso, o partido Social Democrata, tem defendido nas reuniões preparatórias de que cabe à Mesa decidir as datas em função daquilo que acha que é o mais correto para o bom entendimento e para o bom desempenho desta Assembleia, daí que também recomendamos, a Mesa sempre, se procure que sejam à sexta-feira as reuniões. No entanto, se elas não poderem ser à sexta-feira, eu julgo que, não pode sair prejudicado o bom andamento desta Assembleia e por isso, devemos procurar que o Presidente da Câmara esteja presente a fim de melhor nos elucidar sobre os temas que aqui nos traz a Câmara Municipal. -----

---ARMINDO GOMES (CDS/PP) – O Grupo Municipal do CDS, a respeito da moção da CDU sobre o Dia Internacional da Mulher, vai votar favoravelmente. Sobre o voto de Pesar do partido Socialista, vai votar favoravelmente. O voto do Bloco de Esquerda sobre a redução dos Transportes Públicos, vai-se abster, é pena que este dinheiro que tem aqui na proposta, ou que futuramente virá para Famalicão, não tenho vindo já há mais tempo e que não se melhore só os transportes, se melhore também as escolas porque há muitas escolas no Concelho ainda com telhados de fibrocimento. Isso era importante resolver, o Governo e o partido do bloco de Esquerda que faz parte da Assembleia da República, certamente o nosso Deputado aqui na Assembleia Municipal está de acordo connosco e há muitas escolas para mudar os telhados. A respeito do voto de Recomendação do partido Socialista sobre as reuniões da Assembleia Municipal à sexta-feira, eu faço parte da Comissão Permanente de Apoio à Mesa, e temos falado várias vezes porque todos nós gostaríamos que as reuniões fossem à sexta-feira, para todos nós, para o senhor Presidente da Câmara e Presidente da Assembleia. Há casos pontuais, cerca de 50% são à terça-feira ou à quinta-feira, mas olhe que nós não vamos votar favoravelmente este voto, porque o senhor Presidente de Câmara e o senhor Presidente da Assembleia em conjunto com os Grupos Municipais desta maioria do Concelho de Vila Nova de Famalicão, não vamos comprometer nem o senhor o senhor Presidente da Assembleia, nem o senhor Presidente de Câmara e dizer-lhes que têm de fazer as Assembleias Municipais só às sextas-feiras, porque muitas das vezes têm compromissos a nível político e temos de vir cá à quinta-feira, ou à quarta, ou à terça, paciência, não impede que esta recomendação do partido Socialista que o senhor Presidente da Assembleia, o senhor Presidente de Câmara e todos nós que isto não vá melhorar lentamente, mas sempre

todas as sextas-feiras Ihe garanto que nunca vai ser, ou nunca serão na vida porque já não era assim no passado, é assim a posição do CDS.-----

---PAULO COSTA (BE) – Para me pronunciar sobre as considerações do senhor Deputado do CDS, confesso que não vislumbro grande pertinência nesse argumento de que se pode fazer nas escolas e que é urgente, aí quase que vai contra facto próprio, quer dizer, se há departamento onde a Autarquia já tem grande capacidade de intervenção é nas escolas, portanto, se não o faz é porque não quer, ou porque não vê utilidade política nisso. Em relação a esta proposta do Bloco de Esquerda, realmente há uma questão de calendário apertado, se quisermos utilizar o adjetivo, mas é uma benesse, passo a expressão, que a Administração Central concede às Autarquias ou realidades Autárquicas supramunicipais, de poder utilizar fundos do Orçamento de Estado para este ano e que beneficiam diretamente as populações, no caso que aqui falámos é a população Famalicense e portanto, havendo vontade política por parte do Município no sentido de poder utilizar este montante, que é ínfimo à beira daquilo que foi disponibilizado, mas que apesar de tudo não deixa de ser significativo, portanto, é uma questão de poder o Município de uma forma relativamente acelerada utilizar estes montantes que aqui foram anunciados em benefício da população Famalicense, ou de parte dela. Pronunciando-me sobre os votos aqui apresentados, nós iremos votar a favor todos os restantes votos apresentados. -----

---ARMINDO GOMES (CDS/PP) – Senhor Deputado, Paulo Costa, nós não precisamos de vir a esta Assembleia Municipal para fazer prova de vida. O senhor Deputado sabe muito bem que estou a falar das escolas e que muitas delas são da responsabilidade do Governo, e quase todas elas ainda estão por requalificar, têm telhados em fibrocimento e isso é expressamente proibido. As escolas que são da responsabilidade da Câmara Municipal os telhados já foram mudados e estão reconstruídas, era isso que Ihe queria dizer senhor Deputado. -----

---JORGE OLIVEIRA (PSD) – Ainda relativamente à recomendação do PS, dizer que, o partido Socialista releva a realização das Assembleias Municipais à sexta-feira ao invés dos outros dias. Devo dizer que, da parte do PSD, nós damos muito maior relevância à presença do senhor Presidente da Câmara Municipal nas reuniões da Assembleia Municipal. E de facto, nessa matéria, o senhor Presidente da Câmara Municipal marcou presença em todas as reuniões da Assembleia Municipal no presente mandato. Relativamente à proposta de

recomendação do Bloco de Esquerda, que recomenda à Câmara Municipal relativamente ao programa de apoio à redução tarifária nos Transportes Públicos. A Câmara Municipal, face àquilo que nós estamos certos e convictos do que a Câmara Municipal está a fazer, e está a fazer senhor Deputado, apesar da vergonhosa, porque eu não encontro outro termo, apesar da vergonhosa discriminação que os Famalicense são votados por um programa que tem a chancela do partido Socialista, do partido Comunista e do Bloco de Esquerda. Este programa atribui por passageiro à Área Metropolitana de Lisboa, o dobro do dinheiro que atribui à Área Metropolitana do Porto e o triplo daquilo que atribui ao resto do País. Este é o programa, senhor Deputado, que permitirá a Lisboa a criação de um título de transporte único de 40 euros por pessoa, bem como, a modalidade de 80 euros por família, mas que em Vila Nova de Famalicão por aquilo que já conhecemos não evitará que os Famalicense continuem a pagar passes superiores a 120 euros/mês. Este é o programa, senhor Deputado, que põe os Famalicense a pagar com o dinheiro dos seus impostos a subsidiação extra dos altamente deficitários Transportes Públicos de Lisboa, ou simplesmente não anda. Este é o programa, senhor Deputado, em que em Famalicão, melhor dizendo, em Famalicão não há Metro mas os Famalicense pagam o Metro de Lisboa, em Famalicão não há Autocarros nem Elétricos da Carris, mas os Famalicense pagam o prejuízo que é devido da exploração dessas duas empresas. Em Famalicão não há e sabemos que não podia haver os Barcos da Transtejo nem a Soflusa, mas nós que não temos Transportes Marítimos pagamos o prejuízo da Transtejo e da Soflusa em Lisboa. Os Famalicense pagam e como se alcança, senhor Deputado, este programa, pagam e vão continuar a pagar a mobilidade dos lisboetas, ou seja, vão continuar a pagar a mobilidade da Região mais rica do País e isto ao mesmo tempo que os Famalicense, tais como os demais portugueses, são cobrados ou têm de pagar os impostos compatíveis que são dos mais elevados da União Europeia. Para dizer o quê, que pagam os Famalicense e está a pagar a Câmara Municipal. A Câmara Municipal despende atualmente, qualquer coisa como 254 mil euros nos Passes Sénior, despende anualmente, em Transportes Escolares 1 milhão e 237 mil euros aos quais recebe uma comparticipação do Estado de apenas 27%. E é bom que se diga, é bom que se diga que, desde o dia 1 de janeiro de 2019 a Câmara Municipal comparticipa os Transportes Escolares também para os alunos do Ensino Secundário, estamos a falar de uma verba acrescida entre 200 mil e 250 mil euros. Sem embargo, senhor Presidente e senhores Deputados, tudo aquilo que eu aqui referi, o

PSD não irá inviabilizar esta proposta, não inviabilizará esta proposta porque ainda temos a esperança, além de muito pequenina, de que em sede da Comunidade Intermunicipal se possa esbater esta indecorosa discriminação. -----

---PAULO COSTA (BE) – Não para rebater o grosso das interpelações do senhor Deputado do PSD, Jorge Paulo Oliveira, concordando com elas da desigualdade territorial que assiste o País, mas lembrando-lhe só uma pequena questão, um Bragantino por que é que se há-de preocupar com a Costa Litoral de todo o País e de todos os milhões que irão ser investidos no ordenamento da Orla Costeira Portuguesa quando está a centenas de quilómetros do mar. O ser saudável, esperemos que sejam quase todos, por que é que há-de estar a pagar impostos que vão ser canalizados para o Serviço Nacional de Saúde quando ele felizmente poderá morrer saudável. Portanto, esse princípio da solidariedade no território é importante seja ele a que nível for, não vamos entrar num princípio absoluto do utilizador-pagador, não vamos entrar nesse princípio para rebater aquilo que poderá ser um benefício, neste caso concreto um benefício para a população Famalicenses, era só nesse sentido que fizemos esta recomendação. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – Senhores Deputados, em relação à questão do voto do partido Socialista, uma vez que me interpelam no fundo através dele, só queria dizer ao senhor Deputado que obviamente a regra é obviamente das sextas-feiras, se fosse por uma razão pessoal, é o dia que a mim também me dá mais jeito evidentemente. Agora, os dias em que as sessões ou reuniões da Assembleia Municipal não acontecem à sexta-feira são sempre por razão justificada. Justificada, nomeadamente, pela necessidade de aprovação de uma determinada proposta que tem prazo, que tem muita relevância do ponto de vista do interesse geral e extraordinariamente, só extraordinariamente é que as sessões ou reuniões não se realizam à sexta-feira e foi sempre assim. O que acontece é que o agendamento é levado às reuniões da Comissão Permanente de Apoio à Mesa, o que desejavelmente se pretende é que se alcance um consenso quanto à data, quando o consenso não é possível, na boa regra democrática prevalece a regra da maioria. Mas o que eu quero dizer ao senhor Deputado, já que se me dirige através do voto, é que esse é o princípio da Mesa da Assembleia, a regra é a sexta-feira ou vésperas de feriado, se razão extraordinária justificar que seja outro dia, marcamos outro dia, se se tratar igualmente de uma Deliberação particularmente importante, em que me pareça que é do interesse dos senhores Deputados

debaterem diretamente com o senhor Presidente de Câmara, entre ter o senhor Presidente de Câmara, ou não ter o senhor Presidente de Câmara, julgo que é do interesse geral que o senhor Presidente de Câmara esteja presente. Essa tem sido a razão, verificamos de facto, que já tivemos três sessões, duas numa quinta-feira e uma numa segunda-feira, é um facto, mas todas elas por razão extraordinária. Mas de todo o modo, queria dar ao senhor Deputado essa garantia e que a regra não está a ser alterada, enfim, é uma regra que não é escrita, mas é uma regra que tem longos anos nesta Assembleia Municipal. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU RELATIVAMENTE AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER, FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO BLOCO DE ESQUERDA RELATIVAMENTE AO PREÇO DOS TRANSPORTES PÚBLICOS, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM DOZE VOTOS A FAVOR E CINQUENTA E SEIS ABSTENÇÕES. -----

---POSTO Á VOTAÇÃO O VOTO DE RECOMENDAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA RELATIVAMENTE ÀS DATAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, FOI O MESMO REJEITADO, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E DOIS VOTOS CONTRA E TREZE VOTOS A FAVOR. -----

---POSTO Á VOTAÇÃO O VOTO DE PESAR APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA RELATIVAMENTE AO FALECIMENTO DO SENHOR ROGÉRIO DO SAMEIRO LIMA RAMOS, FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE. -----

----- ORDEM DO DIA -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL---Informou que, a Mesa da Assembleia Municipal recebeu um ofício da Câmara Municipal a solicitar que seja retirado o Segundo Ponto da ordem de trabalhos e ponho à consideração do Plenário a retirada deste Ponto, se ninguém se opuser será retirado. -----

---Foi aceite unanimemente por todos os presentes retirar a proposta desta discussão e retirado este Ponto da Ordem de Trabalhos. -----

---**PRIMEIRO PONTO**- Informações do senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade da mesma. (Grelha D) -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---**CARLA FARIA (PS)** – Relativamente ao apoio financeiro de 30 mil euros ao “Cão Danado & Companhia-Associação Cultural”. Eu gostaria de saber o que é que Famalicão ganha com a vinda desta Companhia, que esteve mais de dez anos em Braga. Tendo em conta as várias Companhias de Famalicão, o que justifica este apoio tão generoso e sem qualquer desmérito, obviamente, para a Companhia de Teatro, mas o que está em causa, é um grupo recém-chegado e que recebe um valor bem alto para o seu plano de atividades. Considerando que, o financiamento é especificamente para as atividades, de que modo são vantajosas para os Famalicense, nomeadamente, para a nossa comunidade? Por que não pode ser só para contribuir para a estratégia de afirmação democrática e cultural que o Município deve-se impor. Devemos perceber para quê e qual é a vantagem para os Famalicense, está aberta à comunidade, uma vez que isto é um financiamento de 30 mil euros especificamente para o plano de atividades. Há trabalho feito para a comunidade? É que nós estamos a falar de um Teatro Experimental, e por isso pergunto, se se justifica esta capacidade financeira de 30 mil euros? A nenhuma outra Companhia de Teatro Famalicense foi dado este valor até hoje. -----

---**PAULO COSTA (BE)** – Só duas breves questões ao senhor Presidente da Câmara, relativamente à cooperação institucional na área do desporto e da solidariedade. Parece que é fado da sociedade lusa continuar com o futebol, não será Fátima mas será o paroquial. Senhor Presidente da Câmara, numa sociedade laica eu gostaria de saber, porquê, eu sei que se aproximava o Natal, por que é que o Município contribuiu com quase 150 mil euros para casas ou centros paroquiais do Município. E por que é que o Futebol Clube de Famalicão beneficia de um valor superior a todas as outras instituições desportivas do Concelho, o que não deixa de ser duas realidades sintomáticas do tal fado característico desde tempos longínquos mas que vamos continuando a perpetuar. -----

---**ANTÓNIO COSTA (PS)** – Senhor Presidente, tenho aqui três questões para colocar, as quais já coloquei em 2018. Uma delas tem a ver com o Teatro Narciso Ferreira, parece que finalmente vão avançar as obras, as quais fazemos votos que isso aconteça. Mas tem uma questão que eu queria colocar ao senhor Presidente, que é a questão do estacionamento. Eu sei que me vai dizer que isso é complicado, mas certo é que se houver vontade do Município há lá terrenos que o senhor Presidente pode neles fazer o parque de estacionamento para o Teatro Narciso Ferreira. Não sei se o senhor Presidente faz ideia, se houver lá um evento no Teatro não há onde estacionar os carros, só se for em cima da ponte, por isso questiono o senhor Presidente, como está a situação do parque de estacionamento. -----

Uma outra questão que já levantei em 2018, é a questão da iluminação das passadeiras. A Câmara investiu cerca de 120 mil euros em iluminação autónoma nas passadeiras em todo o Município, acontece que, a maior parte delas estão desligadas. Aquilo que eu pergunto ao senhor Presidente, é se há alguma empresa de manutenção, e que não me respondeu na intervenção que fiz em 2018 sobre a manutenção desses equipamentos. -----

Outra situação, é a estrada que liga a portagem de Seide à estrada nacional de Guimarães/Famalicão, qual é o ponto de situação neste momento porque aquilo ainda continua tudo esburacado e sem luz. Como é que está o assunto, o senhor Presidente tinha-me falado que estava em contencioso, eu pergunto como é que está neste momento esta situação. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Quanto à primeira questão que me foi colocada sobre a Companhia de Teatro Cão Danado, eu quero começar por dizer, é uma Companhia de Teatro que chegou a Famalicão e veio por decisão própria. Saibam que o montante que a Câmara Municipal entregou financeiramente a esta estrutura, corresponde tão só à participação necessária para que tenha acesso aos fundos da DGArtes (Direção-geral das Artes). A Câmara fez exatamente o mesmo com todas as Companhias de Teatro em Famalicão que têm acesso a este fundo. Senhora Deputada, não sei se tem a essa informação mas pode verificar que corresponde à realidade, quer a Fértil, quer a Didascália e para citar outras duas Companhias que imagino que conheça em Famalicão, e tal com a Cão Danado, tiveram acesso ao financiamento da DGArtes. Eu pensava que os senhores deputados me iam elogiar, o facto de em Famalicão, termos três Companhias de Teatro que são ou que fazem parte daquilo que se chama *Shortlist* de Companhias de Teatro que são

apoiadas pela Direção-geral das Artes, muito poucas Companhias apoiadas a nível nacional três são de Famalicão. Eu fico muito satisfeito por isso, ao contrário da senhora Deputada. Devo dizer-lhe, que essa Companhia veio para Famalicão e veio enriquecer como há pouco dizia o panorama cultural local, que tem um conjunto de ações, tem um programa, tem um espaço cultural que proporciona eventos, tal como fazem outras Companhias de Teatro, nem mais nem menos, faz parte do Programa Cultural Famalicense. É bom, ver Companhias de Teatro virem para Famalicão, já não são só pessoas que vêm para cá viver, já não são só empresas que vêm para cá laborar, já não são só jovens que vêm para cá estudar, também são Companhias de Teatro que vêm para cá desenvolver a sua atividade e fico muito satisfeito por isso.-----

Quanto ao apoio ao Futebol Clube de Famalicão, não sei a que é que se refere senhor Deputado, mas imagino que sejam obras. O plano de apoio a obras é igual para todos os Clubes, não há diferenças senhor Deputado, ou para todas as Instituições, não é diferente, nós temos um regime de apoio, concedemos os apoios em função das necessidades e da avaliação municipal.-----

Sobre as questões colocadas pelo senhor Deputado que fez a última intervenção. Quanto ao Teatro Narciso Ferreira, eu penso que o senhor conhece bem a realidade de Riba D'Ave, não foi esta Câmara Municipal que iniciou aquelas construções todas que estão ao lado do Teatro. Há muitos constrangimentos naquele local, nós e como lhe disse já mais do que uma vez, mas continuo a dizer-lhe, estamos a fazer tudo o que está ao nosso alcance para melhorar as condições de estacionamento e não é só para o Teatro senhor Deputado, é para aquela zona do núcleo central da Vila de Riba D'Ave. Já hoje, mesmo sem o Teatro como o senhor sabe, há inúmeras carências de estacionamento e você bem sabe quais são as restrições, também sabe quais são as circunstâncias que envolvem cada um dos terrenos que estão disponíveis, também sabe quais os custos que lhes estão associados e portanto, tudo isso são aspetos que têm que ser devidamente ponderados, mas deixo-lhe a garantia de que o estamos a fazer de uma forma cuidada.-----

Sobre a questão da iluminação das passadeiras, eu não tenho a informação que o senhor Deputado tem, a informação que eu tenho é que a esmagadora maioria funciona e se há alguns casos que isso não acontece, são circunstâncias que dizem respeito ao funcionamento das mesmas e avarias faz parte do processo. Há contrato de manutenção que faz com que

haja uma entidade que tenha o encargo de avaliar as que não estão a funcionar e criar as condições para que funcionem. -----

Por último, sobre a estrada a que fez referência à ligação da saída da Autoestrada e a EN 206. Oh! Senhor Deputado, eu estou consigo, continuamos empenhados para que o Governo de Portugal resolva problema, há uma ação judicial, senhor Deputado, não se ria, a estrada não é Municipal, a estrada é Nacional. O senhor não queira, que a Câmara Municipal faça o que lhe compete e faça o que compete às outras entidades todas, o senhor não está à espera que a Câmara Municipal assuma aquilo que não é a sua responsabilidade. Se a Câmara Municipal o fizesse, o senhor viria aqui com toda a legitimidade perguntar, por que é que a Câmara Municipal interveio numa via que não é Municipal e o senhor estava cheio de razão, como agora não tem quando pensa que a Câmara Municipal o deve fazer. -----

---PAULO PINTO (PS) – Senhor Presidente da Câmara, de forma muito resumida, primeiro, duas observações e depois duas perguntas muito sucintas. A primeira observação ou constatação, é que nestas sessões ordinárias irei ter o cuidado sempre de falar, que mais uma vez, nos apoios às Freguesias vem explicado os que são atribuídos, mas continuamos sem saber aqueles que não são atribuídos, tantas vezes temos vindo a falar nesse sentido, mas acho que o senhor Presidente realmente não nos quer dar essa informação. Da nossa parte iremos continuar a fazer o nosso trabalho a questionar, por que acho que era importante termos acesso a toda a informação.-----

Segunda observação, acho que, com toda a pena nossa e de todos, esta semana o interposto do LIDL iniciaram as obras aqui no concelho vizinho, em Santo Tirso, acho que todos queríamos que tivesse ficado cá, o que fazemos neste apelo é que a Câmara Municipal efetivamente consiga da próxima vez munir-se de todas as condições para que seja possível uma empresa tão importante como o LIDL esteja sedeada cá em Famalicão.-----

Duas perguntas muito breves, o Mercado, ponto de situação quanto às obras, gostaríamos de saber. -----

Segunda pergunta, Loja do Cidadão, o Município continua a pagar a renda de umas instalações, não sabemos quando irão iniciar as obras ou quando isso irá ser atribuído, esperemos que brevemente. As perguntas que faço, primeira, quanto é que a Câmara já pagou de renda nestes anos todos? Segunda, para que é que vamos continuar a pagar sem saber quando as obras irão começar? Não era em termos de gestão mais correto deixar de

arrendar um espaço e depois voltar a arrendar quando tivéssemos realmente o processo, ou iremos estar a pagar, e não vou estar a falar agora da questão da localização que também era controverso, a questão da localização. O certo é que, gostava de saber, há quanto tempo pagamos e se continuamos a pagar por algo que não sabemos se vem ou quando virá. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Senhor Deputado, sobre a questão do Mercado, o procedimento concursal está em desenvolvimento, é um processo demorado, a Câmara tem que cumprir a Lei como é óbvio e será intransigente nesse dever de cumprimento legal. Estamos numa fase, ao que julgo saber, de análise de propostas, há propostas que é uma boa notícia e vamos esperar que o procedimento se conclua para que as obras comecem tão rapidamente quanto possível. -----

Sobre a questão da Loja do Cidadão, renovar o que sempre tenho dito. A Câmara Municipal tem um contrato de arrendamento em vigor e está a cumpri-lo pontualmente. O contrato é público, o senhor Deputado pode ter acesso ao contrato, imagino que até tenha acesso ao contrato e sabe quando ele iniciou a sua vigência, sabe por que prazo. Quanto à questão de prudência e de boa gestão relativamente ao mesmo, se nós fizéssemos o que o senhor Deputado está a sugerir estaríamos porventura, a hipotecar em definitivo a vinda da Loja do Cidadão para Famalicão e não é isso que eu vou fazer, é a minha opinião senhor Deputado, respeite-a só lhe peço isso. -----

---CARLA FARIA (PS) – Senhor Presidente da Câmara, o partido Socialista fica sempre contente nos investimentos na cultura em Famalicão, principalmente quando é com Associações Famalicenses. Mas eu também gostaria de saber senhor Presidente, que afirmasse que as outras Companhias, ou restantes Companhias, também receberam 30 mil euros e que tipo de apoio dá realmente a outras Associações, não são só três, são mais, que tipo de apoio em termos financeiros é que o senhor Presidente dá às outras. Estou curiosa por ver o plano de atividades desta Companhia, vou estar atenta para saber se realmente vai estar aberta à comunidade, que tipo de atividade vai realizar em Famalicão. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Senhora Deputada, vou procurar ser claro nas respostas, que merece obviamente e que procuro dar-lhe. Primeira questão, senhora Deputada, o apoio que nós demos à Companhia Cão Danado, está na linha do apoio que damos às outras duas entidades, que tal como a Cão Danado, foram contempladas pelo apoio da DGArtes. Como penso que sabe, o apoio da DGArtes tem uma condição, que é que

as Companhias em causa obtenha um financiamento, nomeadamente Municipal que é o caso, necessário para a tal participação que é obrigatória para que possam ter o apoio da DGArtes. Com isto, quero dizer uma coisa muito simples, senhora Deputada, se a Câmara Municipal não concedesse este apoio Municipal a Cão Danado não recebia o apoio da DGArtes, igual raciocínio se aplica à Didascália e à Fértil como há pouco disse, são as três Companhias de Famalicão que foram apoiadas. O montante é diferente por uma razão senhora Deputada, o montante também recebido pela DGArtes também é diferente, portanto, o apoio é proporcional, ponto. -----

Sobre a questão das outras atividades ou das outras Associações. Senhora Deputada, nós temos um regime de apoio às outras entidades que tem sido reconhecido, não diria elogiado que pode ser exagerado da minha parte, espero que os outros reconheçam e têm-no feito, a várias Companhias de Teatro como a muitas entidades da área da Cultura, há aliás nesta matéria, senhora Deputada, uma saudável estabilidade, muito saudável estabilidade nos apoios Municipais na área da Cultura, como há no Desporto, como há na área Social, como há em todas as áreas, é isso que nós procuramos. -----

Quanto ao plano de atividades, talvez a senhora Deputada já vá tarde, por que já há atividades da Cão Danado em Famalicão, mas ainda vai a tempo de beneficiar de muitas delas que vão acontecer ao longo deste ano e dos próximos anos.-----

---ANTÓNIO COSTA (PS) – Senhor Presidente, relativamente à estrada que há pouco referi, qual é o ponto de situação e o que é que a Câmara tem feito em relação à estrada que liga a portagem à estrada nacional.-----

---ARMINDO GOMES (CSD/PP) – Senhor Engenheiro Paulo Pinto e Deputado desta Assembleia, já sabe do que vou falar, sou Famalicense, nasci em Famalicão na Freguesia de Calendário e sempre vivi em Famalicão. Loja do Cidadão, o espaço já existe, o espaço pago pela Câmara Municipal e por todos nós, mas temos um espaço para montar a Loja do Cidadão e quem tem de fazer isso é o Governo Central, Vossa Excelência sabe disso. Se o Governo viesse à Câmara Municipal para montar a Loja do Cidadão e não houvesse espaço disponível ia fazer um edifício novo de raiz para a Loja do Cidadão, não é fácil. Temos o Registo Civil por baixo deste edifício onde nós estamos, tem filas de horas de espera para tirar o Cartão de Cidadão, muitas vezes à chuva e ao frio. Na Segurança Social, é a mesma coisa, fila de horas, não têm pessoal que chegue para o Concelho de Famalicão, tanto no

Registo Civil como na Segurança Social, o edifício é pequeno também não cresce e por isso também não cabe mais pessoal. Eu vim tirar o Cartão de Cidadão aqui ao Registo civil, e vi as pessoas a aquecerem-se umas às outras, encostadas umas às outras e apertadas, isto é muito mau em Famalicão. Nós não temos condições e uma Loja de Cidadão com dignidade em Vila Nova de Famalicão, eu gostaria e todos nós gostaríamos de ter uma Loja do Cidadão, estar a ser dispendioso em pagar uma renda e não termos a Loja do Cidadão, a culpa não é só da Câmara Municipal.-----

---CARLA FARIA (PS) – Senhor Presidente da Câmara, deixe-me que lhe diga, assim é fácil fazer cultura em Famalicão, basta só bater à porta e pedir 30 mil euros e está disponível, assim eu também venho para cá, afinal 30 mil euros não são assim tão fáceis de dar especialmente a companhias de fora, não reconhecendo o trabalho desta Companhia de Teatro mas assim não custa, tenho sede, tenho 30 mil euros, venham elas para cá e se isto se espalhar! -----

---PAULO COSTA (BE) – Eu tenho esperança que o Jorge Silva Melo, ainda venha viver para Famalicão senhor Presidente de Câmara e traga os seus artistas unidos, eu sei que às vezes peço por uma loquacidade quase inexpressiva, quem me conhece às vezes já vai entendendo. Senhor Presidente, regressando à questão na cooperação do desporto nas páginas 37 e 38, vai reconhecer que, entre todos estes contributos com entidades desportivas do Concelho o Futebol Clube de Famalicão leva um grande avanço. Eu sei que não devemos tratar igualmente aquilo que é desigual, mas reitera-se esta prática de ir ajudando os grandes e ajudando desmesuradamente quer dizer. O Futebol Clube de Famalicão é um Clube profissional, que tem formação etc., mas as verbas que lhe são atribuídas é de uma disparidade tal, que o Futebol Clube de Famalicão recebe mais do que todas as outras entidades neste período. E depois também me pronunciei, o senhor Presidente certamente por questões de irrelevância da minha provocação, mas eu também falei sobre os contributos para os Centros Paroquiais e para as Habitações Paroquiais que vêm discriminadas na página 13 das Informações do Senhor Presidente de Câmara, também me parece que é um tipo de apoio à qual uma entidade pública deve ter alguma contenção e algum cuidado neste tipo de apoios.-----

---PAULO PINTO (PS) – Senhor Deputado, Armindo Gomes, realmente todos nós defendemos os melhores serviços na questão dos Cartões de Cidadão, infelizmente não é só

nos últimos três ou quatro anos que fazemos fila para tirar o Cartão de Cidadão, infelizmente. A minha questão, a nossa questão que foi feita, tem a ver exatamente com um custo que neste momento a Câmara Municipal está a ter para algo que não sabe quando vai ter. E por que é que não tem? Se calhar tem culpa no cartório, mas quando é que irá ter, ou deixar de ter, estamos a pagar já à longa data uma renda constantemente e não sabemos até quando. O assunto tem a ver simplesmente com essa interpelação. -----

---JORGE OLIVEIRA (PSD) – Relativamente quanto à Loja do Cidadão, eu acho que há aqui um grande equívoco, acho que há aqui um grande equívoco. Vamos lá contar a história do princípio e a história do princípio começa assim:- o anterior Governo no âmbito do desenvolvimento deste tipo de equipamentos estabeleceu através da AMA, que é a Agência para a Modernização Administrativa, contactos com diversas Câmaras do País, do Partido Socialista, do Partido Comunista, do Partido Social Democrata, do CDS/PP, nenhuma do Bloco de esquerda porque não há nenhuma Câmara presidida pelo Bloco de Esquerda. Ato contínuo, a Câmara Municipal encontrou um espaço que considerou adequado para o efeito e esse espaço foi vistoriado exatamente por quem, pelo representante do Registo Civil e Predial de Vila Nova de Famalicão, pelo representante do serviço local da Segurança Social e por um representante da Autoridade Tributária de Vila nova de Famalicão, que validaram o espaço considerando o mesmo com condições para receber este tipo de Equipamento. A Câmara Municipal celebra um protocolo com o Governo, tendo em vista, exatamente receber este Equipamento. E quais eram os compromissos que a Câmara assumiu no protocolo, encontrar um espaço, elaborar o projeto entrega-lo ao Governo, encontrar o espaço e arrendá-lo ou comprá-lo. Foi exatamente o que a Câmara fez, tinha o espaço, estava validado e procedeu ao respetivo arrendamento, fez o projeto e remeteu ao Governo. Mas o que é que aconteceu, é que o Governo mudou e voltou com a palavra atrás. Disse o Governo, numa 1ª fase, infelizmente não vai ser possível avançar com a Loja do Cidadão em Vila Nova de Famalicão porquanto o financiamento comunitário que estava alocado a este tipo de Equipamentos assim não o permite. Mas faltou à verdade e por que é que faltou à verdade? Porque quatro outros espaços do Cidadão, curiosamente em quatro Câmaras Socialistas e exatamente nas mesmas circunstâncias que Vila Nova de Famalicão, com protocolos celebrados posteriormente e aí não houve nenhuma dificuldade, houve o tal financiamento que para a Câmara de Famalicão não teve com o argumento de que isso não

era possível. Mas o problema não fica por aqui, é que entretanto, o próprio Governo através de Resolução do Conselho de Ministros, logo no início de janeiro de 2017, estabelece o calendário para a instalação deste tipo de Equipamentos ao longo do mandato e remeteu Vila Nova de Famalicão para que ano, para o último ano, para o ano de 2019. Mas o que é que disse a senhora Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, agora Deputada e agora candidata ao Parlamento Europeu, porque da verdade quem não cumpre é sempre premiado para o Parlamento Europeu no Partido Socialista, já o ouvimos através do senhor Deputado e ex. Ministro Pedro Marques. Mas o que é que disse a senhora Ministra, afinal também não vai no último ano que nós tínhamos prometido, vai ser talvez *quiçá*, lá para 2020. E perguntam os senhores Deputados do Partido Socialista e então e a Câmara Municipal! A Câmara Municipal cumpre aquilo que ela própria estabeleceu, assume totalmente e responde por todos os compromissos que ela assumiu, o Estado, a Administração Central, o Governo do Partido Socialista que não cumpre com a sua palavra, que não cumpre com os acórdãos estabelecidos, que não cumpre com as Resoluções do Conselho de Ministros, aí a esses os senhores não perguntam nada!-----

---**SEGUNDO PONTO** – Retirado este ponto da Ordem de Trabalhos da Câmara Municipal, o qual foi aceite por todos.-----

---**TERCEIRO PONTO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal do relatório final de análise de propostas e da minuta do contrato e adjudicação referente ao concurso limitado por prévia qualificação da empreitada- Reabilitação do Teatro Narciso Ferreira na Freguesia de Riba de Ave, do Concelho de Vila Nova de Famalicão, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E)-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DE PROPOSTAS E DA MINUTA DO CONTRATO E ADJUDICAÇÃO REFERENTE AO CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO DA EMPREITADA - REABILITAÇÃO DO TEATRO NARCISO FERREIRA NA FREGUESIA DE RIBA DE AVE, DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E CINCO VOTOS A FAVOR E CATORZE ABSTENÇÕES.**-----

---**QUARTO PONTO**- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal do Projeto de Regulamento dos Projetos de Investimento de Interesse Municipal, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---**LUÍS MONIZ (PS)** – Nós ficamos a saber há pouco, que somos atrativos para as Companhias de Teatro, porque pagámos 30 mil euros à cabeça para se instalarem no nosso Concelho e temos que ter relativo cuidado relativamente aos projetos de investimento para fixarmos Empresas no nosso Concelho. E será importante, que nós consigamos ser atrativos pelas nossas condições e não pelo dinheiro que damos às Companhias de teatro ou Empresas para se instalarem no nosso Concelho. A nossa capacidade de atração tem que ser *per si* e não deve ser comprada. Dito isto, nós precisamos de perceber e como estamos a falar aqui de um Projeto de Regulamento que já tem alguma história, seria importante sabermos o que é que foi feito dos Projetos de Investimento de Interesse Municipal que nós já concedemos. Teria sido importante já que estamos aqui a discutir este ponto, que houvesse um pequeno histórico daqueles Projetos de Investimento que nós já concedemos, saber se foram concretizados, se os seus pressupostos foram cumpridos, se as promessas de emprego que iriam constituir-se se foram criadas e acima de tudo, senhor Presidente, se os aspetos imobiliários afetos ao mesmo se foram cumpridos. Nós temos verificado ao longo dos últimos Projetos que estão subjacentes aos mesmos algumas operações urbanísticas de reclassificação de terrenos e seria importante que nós conseguíssemos verificar o cumprimento das mesmas. A propósito de Projetos de suposto Interesse Municipal, tem sido reclassificados terrenos, têm sido passados de zonas agrícolas a zonas de construção, e seria importante para salvaguarda, para esclarecimento e para estarmos todos à vontade relativamente a estas concessões, saber o que é que tem sido feito dessas operações urbanísticas. Senhor Presidente, teria sido muito mais útil para todos que ao apresentarmos esta alteração ao Regulamento tivesse trazido à colação todo esse histórico, tínhamos essa perspetiva, infelizmente não o tivemos. Senhor Presidente, sei também que na Reunião de Câmara os nossos Vereadores procuraram saber mais sobre estas questões, também não tiveram o devido esclarecimento. Sabemos que vamos ter uma alternativa, meter o

requerimento e com certeza vamos ter algumas informações sobre esses projetos. Mas algo que poderia ser pacífico para todos os Deputados não o é, porque temos sobre nós uma sombra e uma penumbra que não nos permite ir mais além. Senhor Presidente, estamos a perder uma oportunidade de termos um Regulamento que podia ser amplamente consensual de todos preso por questões de pouca transparência e que podia ser resolvido. -----

---JORGE OLIVEIRA (PSD) – Eu julgo que é unanimemente reconhecido que o Projeto Famalicão Made In, é em termos nacionais, digo em termos nacionais e nem sequer em termos regionais, provavelmente o mais arrojado Projeto de Promoção de Desenvolvimento Económico liderado por uma Câmara Municipal. O Doutor Luís Moniz questionava aqui sobre o histórico deste Projeto, como referiu e bem, já tem alguns anos. Os números são conhecidos, senhor Deputado, 185 milhões de euros de investimento captado para o Município, 51 Projetos, 1139 empregos diretos criados. Eu julgo que estes números nunca foram contestados, pelo menos até ao presente momento, ou se quisermos até alguns minutos atrás e estes são números globais, mas senhores Presidentes e senhores Deputados, não deixam de ser números impressionantes, são de facto, números que impressionam e impressionam, eu julgo poder afirmar com segurança, porque não encontram nenhum paralelo em mais nenhum Município Português que se possa comparar com Vila Nova de Famalicão. E se algum dos senhores aqui presentes, conhecerem algum outro Município comparável com Famalicão que esteja nestas circunstâncias, naturalmente, eu agradecia que o dissesse porque enriquecia os meus conhecimentos e enriquecíamos todos os conhecimentos. São números que impressionam e que despertam inclusivamente a atenção dos *média nacional*, não é por acaso que Vila Nova de Famalicão aparece nesta matéria e neste Projeto na capa do Expresso, na capa do Jornal *online* do Eco, no Jornal de Negócios, portanto, tem despertado de facto, esse interesse e são números que também comprovam aquilo que é capacidade do potencial económico deste território. E é exatamente esse caminho, é este programa, é este projeto e é este instrumento que estamos hoje aqui a apreciar que naturalmente nós queremos valorizar e queremos prosseguir. E se este Regulamento na sua fase original permitiu resultados que eu aqui acabei de fazer referência, dando mais ênfase à quantidade eu julgo que estas alterações vão no bom sentido porque dão maior atenção àquilo que é a qualidade do trabalho. E isto é absolutamente manifesto numa simples comparação do artigo 7º entre a versão atual, ou seja, a versão que se propõe alterar

e a versão original. Desde logo, porque valoriza mais a criação do número de postos de trabalho líquidos do que o volume de investimento a realizar, o volume de investimento passa a valer 20% quando antes valia 25%. Mas o número de postos a criar que antes valia 20% passa agora nos termos de ponderação a valer o dobro, ou seja, 40%. É também com as propostas que aqui se apresentam, que de igual modo valorizam algo que eu julgo que será importante para todos nós, é valorizar que a celebração dos contratos sem termo tenha uma ponderação superior aos contratos com termo, esta destrição não era feita e a valorização era igual fosse o contrato com termo, sem termo ou temporário. Ora, com estas alterações valoriza-se mais a celebração de contratos sem termo, eu acho que estamos todos de acordo quanto a isso. O terceiro aspeto que deve aqui ser realçado, que é a circunstância de também nos fatores de ponderação e de valorização, se valorizarem as Empresas que melhorem a massa salarial anual total e isto era um fator que antes não tinha essa importância. Se hoje quisermos comparar aquilo que é a quantidade e a qualidade do trabalho, e aquilo que é a qualidade do trabalho que estas alterações preconizam, podemos dizer qualquer coisa como, hoje esta qualidade, nomeadamente, daquilo que é a vertente da valorização contratual, estamos a passar de um índice de 35% para 55%. E por isso, nós não temos quaisquer dúvidas, que com estas alterações se dá também um contributo muito significativo para a melhoria da qualidade no trabalho dos projetos empresariais a apoiar. Também não temos dúvidas, que as habituais reservas do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português sobre este discernimento de apoio, são, eu não diria totalmente esbatidas, mas diria que são significativamente esbatidas e por isso, admito que possa haver uma alteração de voto. Para terminar, dizer que, não sabemos como é que o PS vai votar esta proposta, já se absteve, já votou a favor, enfim, veremos como como acabará no final desta discussão. Nós, da nossa parte podemos dizer, votamos a favor. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Doutor Luís Moniz, a sua intervenção é coerente com aquilo que tem sido a linha do Partido Socialista nesta matéria, lida mal com Famalicão Made In, lida desde o início senhor Deputado e agora de facto, o senhor fez aqui um exercício de muita coerência, o PS continua a lidar mal com a Política Municipal de Apoio às Empresas. É legítimo que tenha essa posição e de facto, o senhor aqui acabou de materializar aquilo que é a linha do Partido Socialista desde o início, é bom renovar a lógica da sua intervenção e a coerência em relação àquilo que o PS tem feito desde acerca de cinco

anos a esta parte, eu constato isso. Depois senhor Deputado, dizer-lhe o seguinte, quando há pouco falou nos apoios financeiros, não é por causa dos apoios financeiros que as Empresas vêm para Famalicão, sabe porquê senhor Deputado, se for analisar os apoios financeiros que outras Câmaras concedem, vai ver que não são assim tão diferentes quanto isso. E portanto, se as Empresas continuam a vir para Famalicão é porque há outras razões, estas são importantes, mas há outras que fazem a diferença e essas que fazem a diferença é que são a afirmação do território. Eu acho que, nós como Famalicenses, havíamos de ficar todos contentes, muito satisfeitos por perceber que o nosso território num contexto de competição e entre Concelhos, uma competição muito salutar de Concelhos consegue cativar mais Empresas, isso devia ser um fator de união senhor Deputado e não de divisão. Depois dizer-lhe também o seguinte, senhor Deputado, quanto às avaliações o senhor não é obrigado a saber, mas a Câmara Municipal anualmente presta contas no Executivo Municipal, leva a reunião de Câmara Municipal uma informação acerca do grau de execução dos Projetos, nomeadamente, a questão dos empregos criados e com muitas outras dimensões que são analisadas. O senhor Vereador com a Tutela nesta matéria, anualmente leva a reunião pública do Executivo todas as informações sobre esta matéria. -----

Sobre outra questão que o senhor aqui trouxe, que tem a ver com matérias relacionadas com planeamento de urbanismo, eu devo dizer-lhe o seguinte, penso que era do que estava a falar das Declarações de Interesse Municipal que aqui são aprovadas e com base nas quais, pode o requerente junto de instâncias nacionais promover a alteração do uso do solo. Como penso que sabe, não é a Câmara Municipal quem tem competência para passar o uso rústico para um uso urbano, são entidades e nomeadamente, a Entidade Nacional de Reserva Agrícola que é quem tem essa competência. Nós aqui aprovamos o Interesse Municipal, o processo depois é gerido fora da Câmara Municipal, junto de Entidades Governamentais, nomeadamente o Ministério da Agricultura e Entidades dele dependente, essa decisão, por isso não é uma decisão que seja Municipal. E por último, senhor Deputado, também lhe quero dizer o seguinte, como há pouco aqui ouvimos, há uma alteração muito importante neste Regulamento que vai de encontro aos nossos compromissos, valorizar aqueles Projetos Empresariais que melhorem a massa salarial e valorizar os Projetos Empresariais que tragam mais estabilidade ao vínculo laboral. E quanto a este aspeto, ainda hoje é o mais importante sabe porquê, ainda há poucos dias foi publicado um relatório que evidencia que a

precaridade laboral tem aumentado em Portugal e nós queremos a nível Municipal ajudar a combater isso, é um contributo Municipal para o desígnio nacional que é ajudar a combater a precariedade nos vínculos laborais. Por isso, é que está aqui claramente uma afirmação de que nós vamos premiar situações com mais estabilidade em relação àquelas com menos estabilidade. Portanto, a minha leitura é que o que aqui trazemos hoje, a este Órgão Municipal, é claramente uma evolução no processo que começou acerca de cinco anos e senhor Deputado tem sido muito bem-sucedido. Eu digo sempre a mesma coisa, perguntem aos Empresários, não perguntem ao Presidente de Câmara, não perguntem ao Executivo Municipal, perguntem aos Empresários Famalicensenses qual é a opinião deles sobre este processo. -----

---LUÍS MONIZ (PS) – Duas notas muito breves. Senhor Presidente, eu louvo o esforço. O reconhecimento de Interesse Público é condição indispensável para que possa haver por parte das Entidades competentes a concessão do relativo benefício. Sem essa declaração de benefício municipal é impossível o processo seguir, por isso não adianta dizer que a responsabilidade não é da Câmara, quando o ponto de partida tem de ser dado e é dado por esta Assembleia Municipal. E o que é preciso nós sabermos, é o seguimento que é dado a isso para que não seja por um suposto Interesse Municipal concedidos benefícios que venham a ser concretizados, ou que venham a ser dados benefícios não compatíveis com aquilo que é um exercício de um direito que as Empresas têm. O que nós não queremos que seja feito através destes mecanismos, é um aproveitamento indevido dessas situações. Daí que nós, senhor Presidente, a única ressalva que fizemos, foi para que o acompanhamento que é dado e segundo o senhor Presidente nos diz que é feito esse reporte à Câmara Municipal, mas nunca vi esse reporte à Assembleia Municipal e o senhor Presidente claro que não responde por isso como é óbvio, mas nunca vi esse reporte ser dado à Assembleia Municipal, eu enquanto Deputado Municipal, gostaria que fosse dado e foi esse reparo que eu fiz. E seria importante que para além da criação de emprego, para além das condições, essas declarações que damos, as Declarações de Interesse Público Municipal e que são a base para que o processo possa seguir nas Entidades competentes, que fosse verificado, que fosse avaliado, para que todos tivéssemos a certeza que essas Declarações foram dadas e que o seu destino foi efetivamente aquele que está subjacente aos pedidos. E nós, infelizmente, temos muitas dúvidas quanto a esse processo, quanto ao resto, senhor Presidente, nós

estamos sempre do lado das Empresas e da criação de emprego. Ficamos como o senhor Presidente, tristes, quando o Lidl vai para Concelhos vizinhos e não se fixa cá, e ficamos também contentes quando as Empresas vingam no nosso Concelho. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Senhor Deputado, sobre a questão do Interesse Municipal, eu queria só procurar clarificar porque pode haver aqui uma confusão. Há dois tipos de Interesse Municipal. Um é em relação aos benefícios fiscais, não sei se é desse que está a falar. E há outro Interesse Municipal que tem a ver com uso do solo. Eu falei sobre o uso do solo, foi só sobre esse que eu falei, o outro é óbvio que acompanhámos, porquê, porque a concessão material do apoio pressupõe, nomeadamente, a Autoridade Tributária conceda aquilo que é pretendido. Como sabe, há uns anos atrás houve uma questão legal que se colocou a vários Municípios, também a Famalicão, e que impedia que as nossas deliberações fossem depois executadas pela Autoridade Tributária, isso acompanhamos. A questão dos solos, é diferente ela sai da esfera da Câmara Municipal, não há esse risco sabe porquê, porque a Entidade que beneficia do Interesse Municipal só pode usar o imóvel para o fim aqui aprovado, não é possível para outros e isso está completamente fora de hipótese. Portanto, esse risco não existe e por isso, quero tranquilizá-lo em relação a isso. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO PROJETO DE REGULAMENTO DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E SETE VOTOS A FAVOR, UM VOTO CONTRA E ONZE ABSTENÇÕES.-----

---QUINTO PONTO- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Desafetação de uma parcela de terreno com a área de 774,00m² sita na Rua de Montoito, da Freguesia de Lousado, do domínio público para o domínio privado do Município, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E)-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---DANIEL SAMPAIO (CDU) – Relativamente à desafetação da parcela do terreno que está aqui em apreço, a CDU, dado o facto, de ser notória a crescente procura de

estacionamento automóvel naquela zona envolvente à parcela de terreno agora proposta para cedência a privado para construção, lamentamos não ter ocorrido outra utilidade para este lote da parte da Câmara. Já que vemos com mais interesse o alargamento do parque de estacionamento, estrutura de serviço público com muito mais interesse para a comunidade da área envolvente. Fica aqui o que bem poderá ser bem entendido como proposta da CDU, embora percebamos que a mesma não se enquadra no agrado do Executivo. Por outro lado, por uma questão de transparência, acho que deveríamos ser conhecedores, a pessoa ou pessoas, identificadas que passam a beneficiar da atribuição desse lote por parte da Câmara. O que nós queremos dizer, aquele lote vai ser desagregado para construção privada em princípio, era bom conhecermos que pessoa, ou pessoas vão utilizar aquele lote.-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Senhor Deputado, quanto à questão da venda que coloca, a venda é feira por hasta pública, havendo venda é feita por hasta pública, só para lhe deixar essa resposta em concreto sobre a questão que colocou. A questão de transitar do domínio público para o domínio privado do Município, desde logo, é sempre consensualizado com a Junta de Freguesia local, esse é um pressuposto básico para que passe para o domínio privado. Isto tem a ver com um combate que nós estamos a fazer aqueles terrenos chamados terrenos sobrantes que não têm tido utilização. A questão do estacionamento, é uma questão que está a ser resolvida a outros níveis, este pequeno talhão e olhando para a sua localização, também não resolveria, são 774,00m² e isolados senhor Deputado, se pudesse ser anexado a outro era uma questão que se podia colocar, aqui não pode, aquilo tem todas as condições para amanhã ter uma construção. Mas se houver uma venda e essa é uma possibilidade que eu coloco, o terreno será vendido sempre por hasta pública.-----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 774,00M² SITA NA RUA DE MONTOITO, DA FREGUESIA DE LOUSADO, DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E CINCO VOTOS A FAVOR, UM VOTO CONTRA E DOZE ABSTENÇÕES. -----

---SEXTO PONTO- Discussão e votação do Relatório, proposta de Revisão do Regimento e Proposta Anexa apresentadas pela Comissão Eventual de Revisão do Regimento, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha D) -----

---JORGE OLIVEIRA (PSD) PRESIDENTE DA COMISSÃO EVENTUAL DE REVISÃO DO REGIMENTO – Invocando a minha qualidade de Presidente desta Comissão, de uma forma muito rápida e muito simples, mas não podia deixar de renovar os meus agradecimentos sinceros e genuínos a todas as Senhoras e Senhores Deputados que participaram nesta Comissão. Permitir-me-ão os demais realçar duas Deputadas porque tiveram funções acrescidas, a Dr.^a Márcia Nunes enquanto Relatora desta comissão e a Dr.^a Catarina Machado enquanto Secretária da comissão. Agradecer e como não podia deixar de ser, aos Grupos Municipais pelas Propostas que apresentaram. Registrar e realçar aquilo que foi a sã convivência democrática, a discussão franca e aberta mas construtiva, naturalmente que, não concordamos todos uns com os outros, divergimos em muitos casos mas foi possível estabelecer consensos, o ambiente foi desde a primeira à última reunião, de facto, de uma sã convivência que eu não podia deixar de registar. Agradecer também aos serviços, que naturalmente, são sempre uma peça fundamental para que tudo corra sobre o melhor. Quanto ao Relatório em si, a Deputada Márcia Nunes faz a apresentação se assim o entender. -----

---MÁRCIA NUNES (PS) – Fez a apresentação do Relatório, documento este que se encontra para consulta nos serviços da Assembleia Municipal -----

---PAULO COSTA (BE) – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, só vou deixar aqui e reiterar de viva voz a declaração de voto que o Bloco de Esquerda fez a este mesmo Relatório, para aqueles senhores Deputados que não vão ler o texto, fica aqui esta breve e é muito breve interlocução: - “O Bloco de Esquerda, mesmo fazendo uso de um lugar-comum, começa por enaltecer a forma como decorreram os trabalhos desenvolvidos pela presente Comissão, realçando-se o empenho e boa-fé de todos os seus membros para que este instrumento essencial ao bom funcionamento da Assembleia Municipal se veja sucessivamente melhorado. -----

De todo o modo, e em nome dessa democracia em constante melhoramento, o Bloco de Esquerda propôs uma alteração relativa ao período destinado à intervenção do público, em que o mesmo passaria agora a constar entre o período antes da ordem do dia e o período da

ordem do dia, visando valorizar e incentivar a participação dos famalicenses na vida pública através do órgão emblemático da democracia local que é a Assembleia Municipal, permitindo-se assim uma maior aproximação entre cidadãos e eleitos e incorporando um princípio essencial do que deve ser uma democracia participativa, e tal proposta mereceu, mais uma vez, a rejeição por parte da coligação PSD/PP. -----

E não deixa de ser nossa convicção que tal recusa acaba por afastar - senão dolosamente, pelo menos negligentemente - os munícipes da intervenção cívica, resultando na ausência de intervenções por parte do público. -----

Lamentamos ainda que a recomendação que deixamos à Assembleia, na anterior revisão do Regimento, de que implemente nas suas sessões a interpretação de língua gestual portuguesa, permitindo aos cidadãos surdos uma participação cívica da qual se veem arredados, não tenha entretanto sido adotada. -----

E porque encaramos como essencial a abertura dos órgãos autárquicos aos cidadãos, promovendo e incentivando a participação das populações no governo da coisa pública, daqui resulta que, e apesar de o BE concordar com a generalidade do documento em questão e até com as alterações agora introduzidas, não pode o grupo municipal do BE deixar de condenar esta recusa da alteração do acima referido articulado, num aspeto que reputamos de fundamental.”-----

---DANIEL SAMPAIO (CDU) – Também pretendemos deixar a declaração de voto e de viva voz da CDU: - “Na conclusão dos trabalhos da Comissão Eventual de Revisão do Regimento, a CDU, avaliando o resultado alcançado, manifesta o seguinte: -----

Apresentamos propostas para integrar no Regimento, uma estruturante e outras no sentido de reordenar competências em função da lei, com o propósito melhorar o funcionamento da Assembleia Municipal.-----

Registamos de modo positivo o espírito de cooperação que sempre se verificou entre os elementos da Comissão – salutar debate e respeito mútuo –, facto que determinou equilíbrio na discussão dos múltiplos temas tratados, respeito pela diferença de cada força política representada. -----

No plano das decisões, sobretudo nas matérias de perfil estruturante, e reconhecendo mérito às apresentadas por outras forças políticas, lamentamos que a proposta da CDU, que

pretendia introduzir no Regimento a possibilidade dos cidadãos intervirem no período de “antes da ordem do dia”, tenha sido chumbada pela representação da maioria, PSD/CDS.-----

Mantemos a posição de que o Regimento, ao não ver integrada a proposta da CDU, continuará, na prática, a dissuadir a participação dos cidadãos na vida política do município através da apresentação dos seus problemas, já que o período disponível para essa intervenção só se verifica no final dos trabalhos, designada “depois da ordem do dia”, espaço muito tardio e, por isso, desmobilizador. -----

Consideramos que não é apenas a CDU que perde por não ter sido aceite a sua proposta, mas todos os cidadãos famalicenses que têm problemas, individuais ou coletivos, e sentem necessidade de recorrer à entidade competente, capaz de responder às suas interrogações e ao seu necessário esclarecimento. -----

Assim, pelos motivos invocados e suficientemente fundamentados, a CDU decide: -----

1 – Votar favoravelmente o Relatório Final, fiel e competentemente elaborado, no qual se expressa o excelente trabalho desenvolvido pela Comissão; -----

2 – Relativamente ao Regimento, a ser sujeito à apreciação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, a CDU manifesta posição crítica ao seu conteúdo global, pelo que declara ir votar no sentido da abstenção.”-----

---LUÍS MONIZ (PS) – Muito breve, é a segunda vez que intervenho, não nesta sessão da Assembleia, mas na sessão anterior quando iniciamos a discussão do Regimento e por isso, escuso-me a considerações que tomei na altura, apenas duas notas. A primeira tem a ver com o facto, de em vez de discutirmos o Regimento porventura seria mais profícuo discutirmos a ausência de poderes efetivos desta Assembleia, de poder escrutinar a ação da Câmara Municipal. Falámos muitas vezes na questão das necessidades de reformas a nível autárquico, a nível eleitoral, a nível também da própria descentralização e esquecemos uma revisão que é estritamente necessária e que tem a ver com o reforço dos poderes das Assembleias Municipais, seria muito bom que em vez do Regimento discutíssemos efetivamente os poderes que as Assembleias Municipais podiam ter a nível autárquico. Mas neste caso em concreto, permitam-me também que refira, o Partido Socialista apresentou mais de quinze propostas de alteração ao Regimento e essas propostas, foram no sentido de o alterar e de o melhorar. Verificamos que algumas foram aceites, demos o contributo para o voto eletrónico e também para a reposição de um poder que tinha sido sonegado

indevidamente a esta Assembleia Municipal, que tem a ver com a apresentação de moções de censura, que efetivamente, agora está consagrado no próprio Regimento e ao dispor dos Deputados Municipais e dos Grupos Municipais. Permitam também, fazer referência a um aspeto que nos parece contraditório, ainda nesta sessão da Assembleia Municipal, discutimos que muitas vezes as Assembleias Municipais não são convocadas para a sexta-feira por motivos de possibilitar a presença do senhor Presidente da Câmara. Nós apresentamos uma proposta que tinha a ver exatamente com o mesmo ponto, de possibilitar ao Presidente da Câmara não ter limites na explanação e no esclarecimento aos Deputados Municipais das questões que tenham a ver com o Município. E propusemos que não houvesse limitação de tempo para que o senhor Presidente da Câmara pudesse esclarecer os Deputados Municipais, pois bem, esta nossa proposta foi rejeitada. O que não deixa de ser contraditório quando fazemos as sessões da Assembleia Municipal em dias que não convém à maioria, por outro lado, estamos a negar que o Presidente da Câmara possa responder sem limite de tempo a todas as questões que sejam colocadas. Depois tivemos nas últimas eleições o expoente máximo de uma nova realidade, que tem a ver com as candidaturas Independentes, nós discutimo-las e temos uma posição específica relativamente a isto. Mas seria importante, que esta Assembleia Municipal não sonegasse a possibilidade de Candidaturas Independentes se poderem constituir como Grupos Municipais, nós quisemos dar um passo nesse sentido e infelizmente não foi possível criar essa possibilidade, sabemos também dos constrangimentos legais, mas seria importante que fosse dada a possibilidade que os Presidentes de Junta que são constituídos independentemente de quaisquer Partidos, se possam e se assim o desejarem juntarem-se e criarem um próprio Grupo Municipal. Depois tentamos que houvesse uma possibilidade de aumentar o nosso nível de discussão e que os tempos dos requerimentos não contassem para o período, mas infelizmente também foi chumbado. E por último, há aqui um aspeto que nos parece particular, os poderes dos Deputados Municipais estão diminuídos, temos uma capacidade muito diminuta de poder fiscalizar a atividade da Câmara. E uma das possibilidades que teríamos, tem a ver com as Comissões Eventuais e essas Comissões Eventuais são sonegadas à grande parte desta Assembleia Municipal e à grande parte dos Grupos Municipais. Nós propusemos, se por vontade da maioria dos Grupos Municipais, houvesse a iniciativa de criação de Comissões Eventuais essa possibilidade fosse atribuída, não foi assim aceite e permitam-me também, já

que muitas vezes nos colocam a questão de uma maioria de esquerda, também foi o Bloco de Esquerda que impediu que esta proposta fosse levada por diante, o que não deixa de ser curioso. Agora, seria importante para todos que as Comissões Eventuais não ficassem apenas ao dispor do PSD e do CDS/PP. Seria importante, até à semelhança do que acontece no Parlamento Nacional, que fosse dado a cada Grupo Municipal, ou se assim for entendido à maioria dos Grupos Municipais a possibilidade de convocar uma Comissão Eventual para discutir assuntos de relevante interesse municipal. Por fim, os agradecimentos que já tinha formulado, nomeadamente, ao Presidente da Comissão, que dirigiu isto com muita elevação e categoria.-----

---**ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** – Muito breve a minha intervenção para dizer o seguinte, obviamente, que acompanho e reafirmo os cumprimentos que por todas as bancadas foram dados ao senhor Presidente da Comissão, de facto, fez um trabalho exemplar e permitiu-nos a todos uma discussão sã sobre as questões que nos foram colocadas. Estender esses cumprimentos à Senhora relatora, que de facto, cumpriu com exemplar profissionalismo e dedicação os trabalhos que lhe foram confiados. Também da minha parte e da parte do Grupo Municipal do PSD, agradecer a intervenção de todos os Grupos Municipais com os seus contributos, com as suas achegas para pudéssemos fazer um Regimento que entendemos nós todos, penso eu, ser um Regimento melhor do que a anterior versão. Posto isto, não podia deixar de dizer duas breves notas, o PSD orgulha-se, o Grupo Municipal do PSD orgulha-se de ter feito uma alteração de fundo a um Regimento Municipal que desde há muitos anos não permitia uma intervenção democrática e paritária de todos os seus Deputados. Não queremos estar sempre a reafirmar essa questão, mas a verdade tem que ser dita porque a verdade é esta, fomos nós grupo Municipal do PSD e Grupo Municipal do CDS/PP, que fizemos com que todos os senhores Deputados e todos os senhores Presidentes de Junta, pudessem utilizar nesta Assembleia o mesmo tempo para usar da palavra. Essa foi uma vitória da Democracia, essa foi uma vitória de todos os Grupos Municipais. E fizemo-lo independente de qualquer maioria que por ventura num período de um mandato pudesse exercer a sua vontade ou o seu querer. Fizemo-lo independentemente de quem estivesse a liderar ou não a Assembleia Municipal. E fizemo-lo com a convicção de que todos os senhores Deputados, perante a Lei, perante os Cidadãos, perante Famalicão, devem exercer um mandato igual, com armas iguais e com possibilidades de intervenção igual. Posto isto,

entendemos que, obtida que foi esta vitória já há muitos anos atrás, o Regimento poderia carecer de algumas alterações, de algumas melhorias, de alguns pequenos ajustes, mas naquilo que era o básico estava assegurado. E entendemos também, que os senhores Deputados porque nós vivemos numa Democracia Representativa, e porque os senhores Deputados e os senhores Presidentes de Junta representam os eleitores nesta sala, entendemos que a primazia tem que ser dada aos senhores Deputados, aos senhores Presidentes de Junta. Com isto não queremos retirar qualquer importância à intervenção do público, mas entendemos que a boa eficácia dos trabalhos, a boa condução dos trabalhos não possibilitará que o público intervenha no Período de Antes da Ordem do Dia, ou antes da Ordem do Dia e portanto, o seu lugar é aquele que lhe pertence, aquele que lhe permitem os trabalhos. Cabe-nos a nós todos como Deputados Municipais agilizar, intervir nestas Assembleias com eficácia, com a liberdade e com o poder de intervenção que temos. Em suma, entendemos que de facto, todas as propostas foram discutidas com plena liberdade, com possibilidade de todas as diversas opiniões serem debatidas, serem discutidas e cumprimos aquilo que é o principal, ou a principal função da Democracia, cumprimos as deliberações de uma Maioria legitimamente eleita e como tal, aprovou aquilo que seria de aprovar e rejeitou aquilo que não seria de aprovar. Portanto, este é o nosso projeto de facto, é um projeto que eu penso que é de toda a Assembleia Municipal e como tal, votaremos não só a favor do relatório final como em relação a todas as propostas que foram curtidas no texto final à submissão da apreciação dos senhores Deputados. -----

---HÉLDER PEREIRA (CDS/PP) – Reiterar e na qualidade de representante do CDS/PP na Comissão Eventual de Revisão do Regimento, venho reiterar aqui os cumprimentos, quer ao senhor Presidente da Comissão, quer à Senhora Relatora e quer à Senhora Secretária, pelo excelente trabalho que fizeram no desempenho das suas funções e estou certo de que prestaram um bom serviço público. Relativamente ao texto e ao projeto final de alteração ao Regimento, o CDS/PP apresentou-se nesta Comissão com duas premissas. A primeira é aquela que deve acompanhar sempre a atuação, que é o respeito pela Lei Geral. E uma segunda, o respeito pelas Regras Democráticas. E relativamente àquelas posições aqui vertidas, quer pelo Bloco de Esquerda, quer pelo Partido Comunista, quer pelo senhor Deputado Luís Moniz, relativamente a algumas votações que não foram seguidas pela Maioria que governa este Município, eu gostaria de dizer, que aquilo que esteve presente na

nossa votação foi que não estabeleceríamos *normas adoc*, não criaríamos normas que visassem, digamos, irem ao encontro de interesses presentes e momentâneos. Portanto, o nosso entendimento, foi de sempre respeitar as Regras Democráticas e entendemos sempre que a maioria dos Deputados teria sempre que prevalecer relativamente a quaisquer outras circunstâncias e portanto, foi esta sempre a nossa posição e entendemos também, que este é o espaço de debate próprio dos senhores Deputados, dos senhores Presidentes de Junta, o público e qualquer famalicense aqui podem também intervir, e poderão sempre procurar o senhor Presidente de Câmara nas reuniões de Câmara e os senhores Presidentes de Juntas nas Assembleias de Freguesia. Entendemos que, este Regimento está melhor e irá servir bem esta Assembleia, por isso votá-lo-emos favoravelmente. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – A Mesa da Assembleia queria associar-se aos elogios que foram feitos e agradecer o trabalho prestimoso, que além do mais no futuro nos poupará muito tempo a nova tecnologia implementada. Por isso, senhores Deputados, os sinceros agradecimentos ao Presidente da Comissão, Senhora Relatora e os demais Membros. -----

---POSTOS Á VOTAÇÃO O RELATÓRIO, PROPOSTA DE REVISÃO DO REGIMENTO E PROPOSTA ANEXA APRESENTADAS PELA COMISSÃO EVENTUAL DE REVISÃO DO REGIMENTO, TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. FORAM OS MESMOS APROVADOS, POR MAIORIA, COM SESSENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR E DUAS ABSTENÇÕES.-----

---SÉTIMO PONTO- Designação de 2 representantes da Assembleia Municipal para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. (Grelha E)-----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – Informou que o Grupo Municipal do PSD apresentou uma proposta de designação de dois cidadãos de reconhecido mérito para integrarem a Comissão alargada da CPCJ. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DO GRUPO MUNICIPAL DO PSD, FEITA A VOTAÇÃO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO, COM CINQUENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR, ONZE VOTOS BRANCOS E DOIS VOTOS NULOS NA LISTA A, FORAM ELEITAS, AS SENHORAS, CATARINA ALEXANDRA LEITE PEREIRA DA SILVA E JOANA ALEXANDRA MARQUES GOMES.-----

---OITAVO PONTO- Apreciação e discussão dos relatórios de atividades individuais ou coletivos, dos diversos representantes eleitos pela Assembleia Municipal junto das diversas entidades de natureza deliberativa, consultiva ou de acompanhamento:-----

– Assembleia Distrital, Conselho Geral do Hospital, Associação Nacional de Municípios, Comunidade Intermunicipal do Ave – CIMAVE, Comissão de Acompanhamento do Centro de Valorização de Resíduos Industriais Banais, Comissão de Defesa da Floresta contra Incêndios do Município de V. N. de Famalicão, Conselho Cinegético Municipal, Conselho Municipal de Cultura, Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Juventude, Conselho Municipal de Segurança, Conselho Municipal de Consumo, Conselho Municipal de Urbanismo, Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano de Diretor Municipal, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Conselho da Comunidade do ACES (Agrupamento de Centros de Saúde) de Famalicão, Comissão Municipal de Pedidos de Instalação e Modificação de Estabelecimentos de Comércio a Retalho e Comércio por Grosso em Regime Livre de Serviço e Instalação de Conjuntos Comerciais. (Grelha D) -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – Informou que os relatórios se encontram disponíveis para consulta nos serviços da Assembleia Municipal.

---RICARDO COSTA (CDS/PP) – O relatório de atividades representando o CDS/PP eleitos pela Assembleia Municipal junto da Comunidade Intermunicipal do Ave-CIMAVE. -

---“A Comunidade Intermunicipal do Ave é uma Associação de municípios de direito público. A Assembleia Intermunicipal é o órgão deliberativo da Comunidade. É constituída por 40 membros, eleitos de forma proporcional por cada uma das Assembleias Municipais dos municípios que integram a CIM do ave, cabendo ao município de Vila Nova de Famalicão 8 deputados. -----

O CSD-PP constituiu grupo próprio neste órgão deliberativo composto por 4 deputados. -----
Desde a sua instalação em 10 de Março de 2018, os dois deputados representantes do CDS-PP eleitos pela Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão participaram nas 4 Assembleias (10-Mar; 30-abr; 30-jun. e 24-Nov.) com natural destaque para o Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2017 e para a Apreciação e Votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2019.” -----

---**RITA LIMA (CDS/PP)** – Fez a apresentação do relatório de atividade individual na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. -----

---“ A esta Comissão compete desenvolver ações de promoção dos direitos das crianças e jovens e de prevenção de situações de perigo, nomeadamente, informar e sensibilizar a comunidade para os direitos e apoio das crianças e jovens, promover ações em colaboração com entidades competentes para detetar situações de risco, colaborar no estudo e elaboração de projetos no âmbito da prevenção, e apoiar a constituição e funcionamento de respostas sociais adequadas. -----

No ano de 2018 realizaram-se 8 reuniões da Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens, nas quais foram estabelecidos grupos de trabalho para desenvolver as respetivas atividades, destacando-se as sessões de informação e sensibilização, em diversas escolas do concelho, sobre as temáticas do abuso sexual, bullying e violência no namoro, as ações para assinalar o Dia Europeu para a proteção das Crianças contra a Exploração e Abuso Sexual, a comemoração da convenção dos Direitos das Crianças, a Caminhada pelos Direitos das Crianças, e a iniciativa nacional do laço humano no âmbito do mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância.-----

Salienta-se o esforço meritório de todos os membros, pessoas e entidades colaborantes, designadamente no que se refere aos contributos e patrocínios necessários e indispensáveis para a realização das atividades.” -----

---**APROVADAS EM MINUTA DE ATA TODAS AS DELIBERAÇÕES TOMADAS.** -----

--- Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de: -----

-----**DEPOIS DA ORDEM DO DIA** -----

--- Para este período não houve inscrições e nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada às vinte e quatro horas e oito minutos. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** -----

-----**O SECRETÁRIO** -----

--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos:-----

--- Registo de Presenças; -----

--- Documentos referentes aos pontos, um, três, quatro, cinco, seis, sete e oito.-----

